

POBRES SEM AUXÍLIO EMERGENCIAL E RETRATOS DA INFORMALIDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA

Lauro Gonzalez¹

Bruno Barreira²

1. Contexto e Objetivos

Os últimos dados da PNAD-COVID evidenciaram a redução gradativa das perdas de renda derivadas da pandemia. No auge das medidas de restrição, a perda média estimada situava-se em torno de 20%, tendo caído para 14%, depois 11% e finalmente para 10%. Ao se considerar o auxílio emergencial (AE), quando comparado à renda usual pré-pandemia, o ganho médio de renda estimado é de 39%, superior aos ganhos estimados anteriormente (37%, 34% e 29%).

Cumprе ressaltar que o calendário de pagamento do AE funciona de tal forma que os dados coletados podem ainda capturar pessoas recebendo os valores de R\$ 600 e R\$ 1200, ao invés do valor reduzido pela metade. Relembrando, o programa foi desenhado para repassar 5 parcelas de R\$ 600 ou R\$ 1200. Posteriormente, diante da duração da pandemia, o governo anunciou 4 parcelas adicionais, cujo valor foi cortado pela metade (R\$ 300 ou R\$ 600).

No último levantamento realizado³, o foco principal recaiu sobre os chamados “invisíveis”, definidos como aqueles que recebem/receberam o AE mas não estão inscritos no Cadastro Único (registro de famílias de baixa renda)⁴ e, portanto, não recebem benefícios, tais como o Bolsa Família ou o Benefício de Prestação Continuada.

¹ Professor da FGV EAESP e coordenador do Centro de Estudos de Microfinanças e Inclusão Financeira da FGV (FGVcemif). @LauroGonz2019.

² Pesquisador do FGVcemif

³<https://eaesp.fgv.br/centros/1406/artigos-profissionais>

⁴ <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/06/30/na-comissao-da-covid-19-paulo-guedes-confirma-extensao-do-auxilio-emergencial>

Explorando os dados da PNAD-COVID divulgados no final de outubro, percebemos algo importante: há um grande número de pessoas pobres, de renda familiar até 1 salário mínimo (SM) que não recebeu o AE. Isso implica que, provavelmente, o grupo de pessoas pobres fora do CadÚnico é ainda maior. Seria necessário redefinir o que chamamos de grupo de invisíveis de forma a incluir quem NÃO recebeu o AE mas tem renda reduzida. Além disso, buscamos explorar novos aspectos sobre a informalidade no país. Sendo assim, os objetivos do estudo aqui apresentado são:

- i) Descrever as principais características daqueles que NÃO receberam o AE mas são potenciais beneficiários de programas de transferência de renda;
- ii) Descrever as principais características da informalidade no contexto da pandemia.

2. Principais Variáveis

As principais variáveis são:

- a) Renda usual: Valores normalmente recebidos em dinheiro e/ou mercadorias pelo trabalho (questão C10) + Aposentadoria ou pensão, rendimentos de aluguel ou previdência privada, e benefícios sociais como o Bolsa Família e o BPC-LOAS (questão D1). A renda usual representa, portanto, a estimativa da renda domiciliar antes da pandemia;
- b) Renda na pandemia sem o AE: Valores recebidos no trabalho durante a pandemia (questão C11) + Demais rendimentos incluídos na renda usual, uma vez que estes últimos rendimentos, tais como aposentadoria e Bolsa Família, não foram afetados pela pandemia *a priori*;
- c) Perda/Ganho de renda sem o AE: Diferença entre a renda na pandemia sem o AE e a renda usual;
- d) Renda na pandemia com o AE: Valores recebidos pelo trabalho durante a pandemia (questão C11) + Demais rendimentos incluídos na renda usual (menos Bolsa Família) + Valor recebido através do auxílio emergencial (questão D1e);

- e) Perda/Ganho de renda com o AE: Diferença entre renda na pandemia com o AE e a renda usual;
- f) Trabalhadores invisíveis: Aqueles que receberam o AE e usualmente não recebem o bolsa família (D0031) ou o benefício de prestação continuada (D0041);
- g) Trabalhadores informais: Aqueles que afirmaram trabalhar sem carteira assinada (C7b), trabalhadores autônomos e familiares auxiliares (C7).

3. A vulnerabilidade dos que ficaram de fora do Auxílio Emergencial

Quão pobre, em termos de renda, é a população que não recebeu o AE? A figura abaixo fornece uma resposta. Cerca de 23% dos respondentes declaram uma renda inferior a meio SM e 15% declaram entre meio e um SM. Ou seja, cerca de 38% (23% + 15%) possuem uma renda máxima de um SM. Uma estimativa possível para o número de pessoas giraria em torno de 18 milhões de adultos.

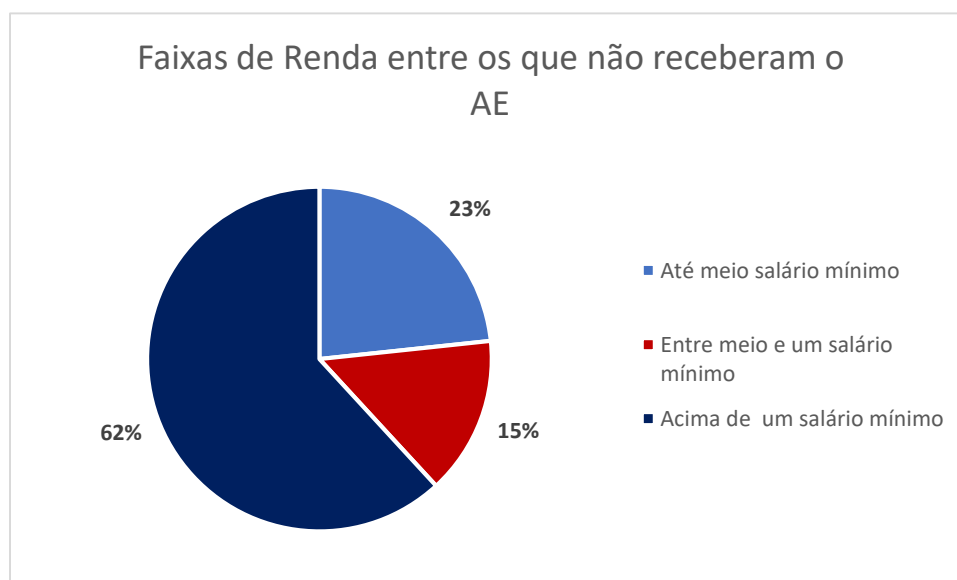


Figura 1. Faixas de renda entre os que não receberam o AE.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD-COVID.

Igualmente interessante é observar que, como esperado, a grande maioria (94%) das pessoas acima, ou seja, que recebem até um SM e não receberam o AE, também não recebe Bolsa Família (BF) ou Benefício de Prestação Continuada (BPC). Portanto, é possível falar que um número elevado de pessoas pobres que não receberam o AE provavelmente continuam fora do radar do CadÚnico. O número de 40 milhões de invisíveis, mencionado por Paulo Guedes como pessoas descobertas através do pagamento do AE, pode estar subestimado.

As duas figuras abaixo mostram que, dentre os mais pobres (até 1 SM) que não receberam o AE, há um predomínio de mulheres (58%) e pessoas que se autodeclararam pretos e pardos (56%).

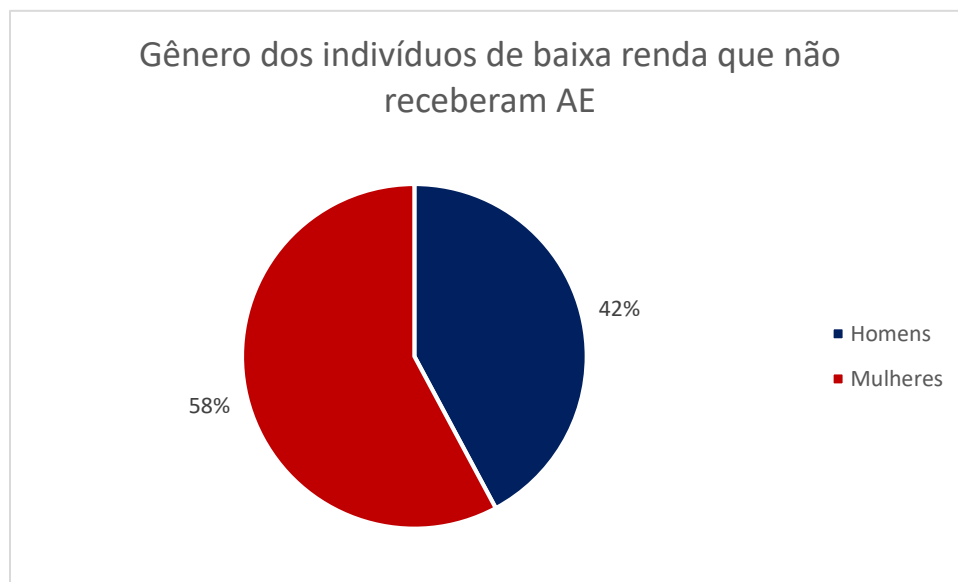


Figura 2. Gênero dos indivíduos de baixa renda que não receberam AE.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD-COVID.

4

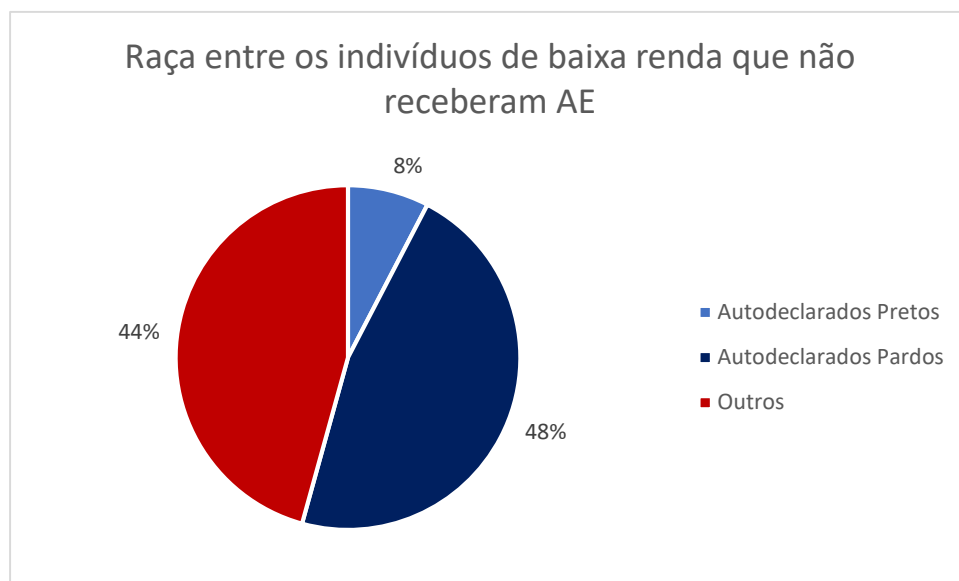


Figura 3. Raça entre os indivíduos de baixa renda que não receberam AE.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD-COVID.

4. Informalidade

A literatura especializada apresenta uma vasta discussão em torno do conceito de informalidade. A busca de uma estrutura conceitual esbarra em obstáculos relacionados às diferentes legislações entre países ou ainda nos objetivos da análise ou política a ser realizada. Por exemplo, é possível definir informalidade tendo como foco tanto os tipos de empresa (forma de organização dos setores produtivos) quanto os tipos de vínculos de emprego⁵.

No contexto dos diversos estudos que realizamos sobre o auxílio emergencial, o principal foco de interesse em relação à informalidade relaciona-se aos efeitos das mudanças e tendências do mundo do trabalho nos orçamentos das famílias de baixa renda. Parte dessas mudanças se relaciona às novas tecnologias (economia GIG) produzindo a chamada uberização do trabalho, algumas vezes chamada de “economia do bico”.

Em termos práticos, isso significa que a renda do trabalho tende a tornar-se variável e menos protegida por redes de segurança típicas de vínculos formais (tradicionais) de emprego, acarretando aumento de insegurança financeira. Enquanto relativamente poucos durante a

⁵ <https://blogdoibre.fgv.br/posts/economia-informal-setor-informal-emprego-informal-afinal-do-que-estamos-verdadeiramente>

pandemia conseguiram proteger-se do vírus trabalhando em casa, o “empreendedor de si mesmo” enfrentou uma combinação de extensas jornadas de trabalho, baixa remuneração e quase nenhum mecanismo de proteção social⁶.

A primeira figura abaixo mostra que 37% dos trabalhadores informais possuem uma renda familiar que não supera 1 SM, sendo que, para 14% dos informais, essa renda não supera sequer meio SM. A segunda figura abaixo faz um recorte por faixas de renda para os 3 grupos que compõem a definição de informalidade adotada: autônomos (trabalhadores por conta própria), auxiliares domésticos e trabalhadores sem carteira assinada. Dentre os autônomos, por exemplo, 30,1% (10,3% + 19,8%) possuem uma renda familiar que não excede 1 SM.

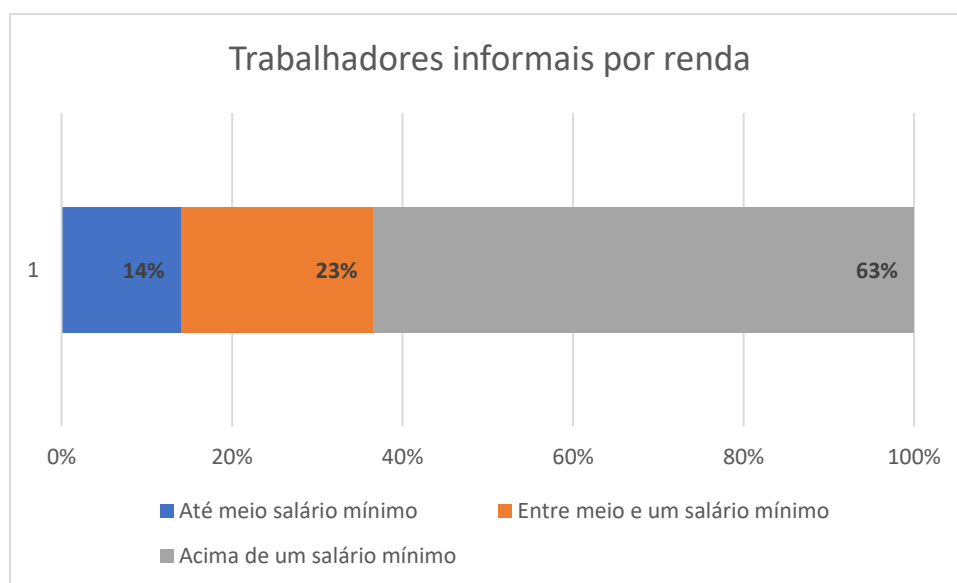


Figura 4. Trabalhadores informais por renda.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD-COVID.

Tabela 1. Informais por tipo de trabalho.

⁶ <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/11/congresso-propoe-uma-nova-lei-por-semana-para-regular-trabalho-em-app.shtml>

INFORMAIS - TIPOS DE TRABALHO			
	Autônomo	Auxiliar Familiar	Sem carteira
Até ½ SM	10,3%	65,3%	13,3%
Entre ½ e 1 SM	19,8%	15,6%	28,9%
Acima de 1SM	69,9%	19,1%	57,8%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD-COVID.

As três figuras abaixo mostram, dentro do grupo estimado de informais, recortes para gênero e raça. Cerca de 44% (19% + 25%) das mulheres informais têm renda de até um SM. Pelo mesmo raciocínio, cerca de 44% (17% + 27%) dos informais que se autodeclaram pardos e 41% (14% + 27%) dos que se autodeclaram pretos têm renda de até 1 SM.

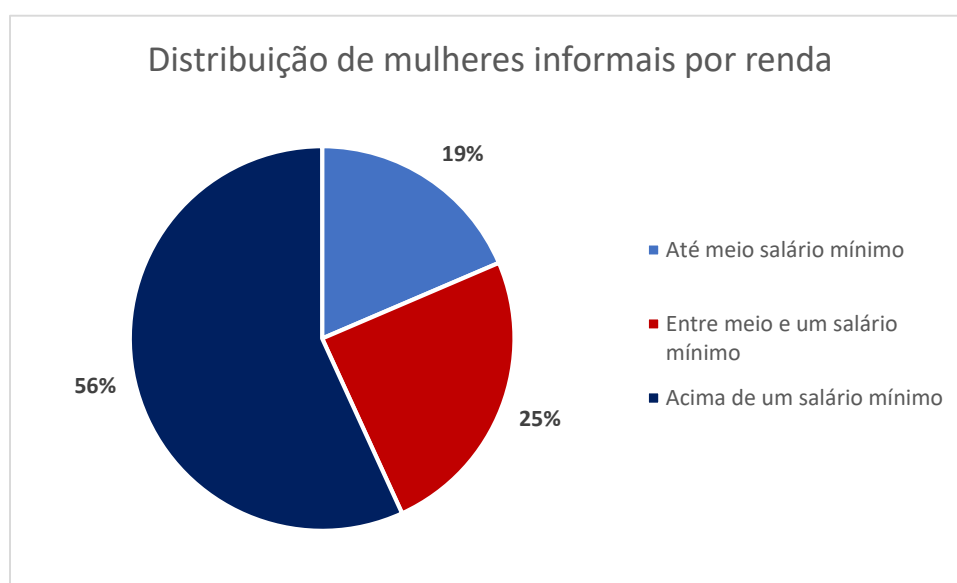


Figura 5. Distribuição de mulheres informais por renda.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD-COVID.

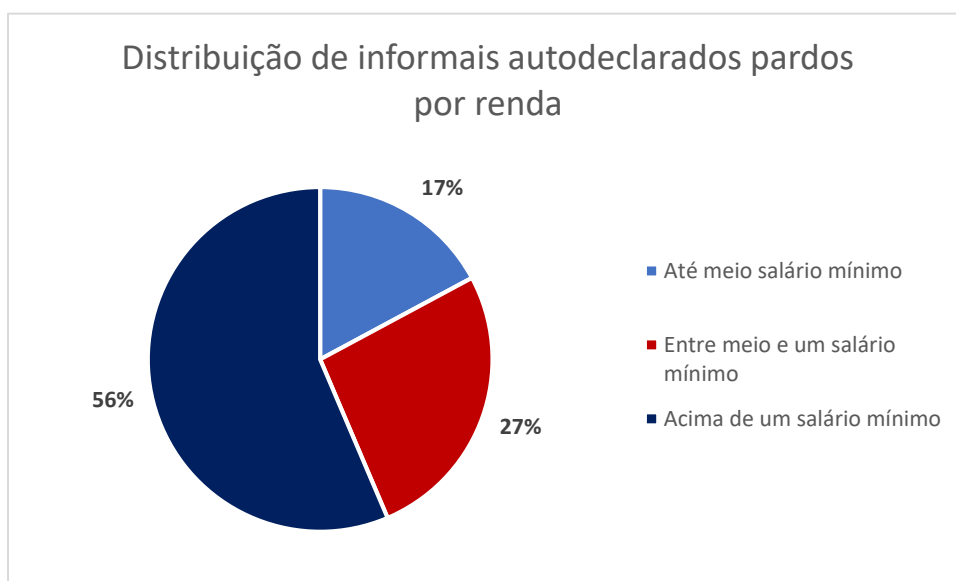


Figura 6. Distribuição de informais autodeclarados pardos por renda.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD-COVID.

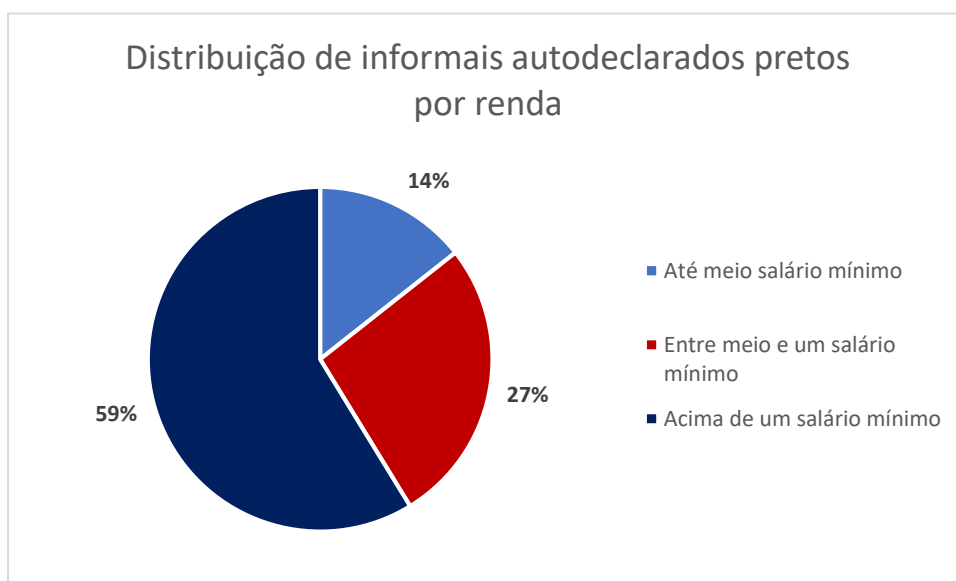


Figura 7. Distribuição de informais autodeclarados pretos por renda.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD-COVID.

Sabemos que duas formas de mitigar os efeitos da crise para os informais são o AE e o acesso a crédito. Enquanto o primeiro teve notórios efeitos sobre a economia como um todo e os informais em particular, o crédito teve papel bastante modesto. A figura abaixo mostra que

93% dos informais de renda mensal menor ou igual a um salário mínimo não solicitaram crédito, muito provavelmente porque sabiam que o resultado provável seria negativo.

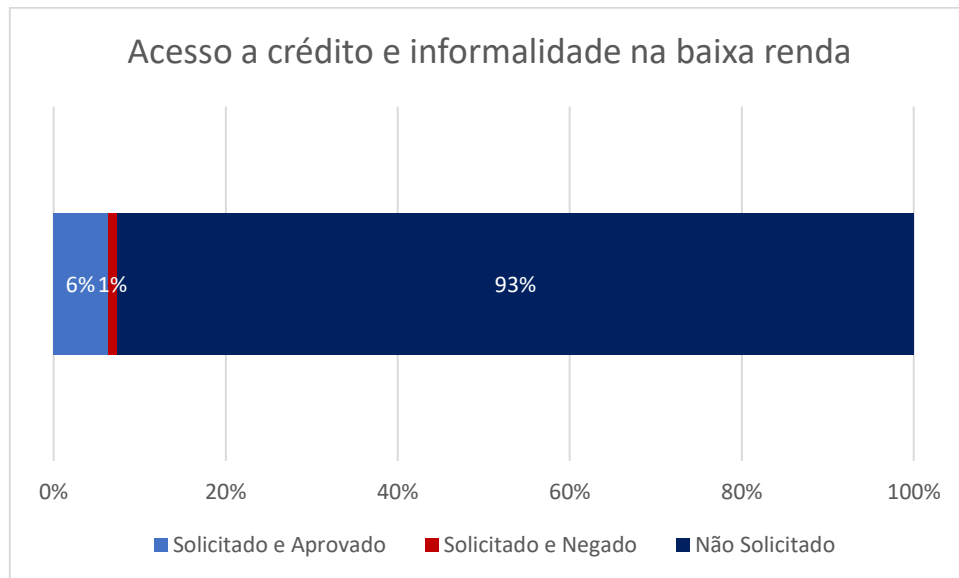


Figura 8. Acesso a crédito e informalidade na baixa renda.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD-COVID.

A figura a seguir mostra um aspecto interessante da lógica de funcionamento do mercado. Dentre os poucos que solicitaram crédito, a maior parte conseguiu, mesmo aqueles de renda mais baixa. Parece claro haver um mecanismo de autosseleção e somente um pequeno grupo de informais, de baixo risco, deve ter solicitado crédito. É possível dizer também que os mecanismos de avaliação de risco de crédito permanecem excessivamente conservadores e podem não estar utilizando variáveis que capturem a realidade da informalidade na baixa renda. Além disso, não houve nenhuma política pública de crédito com foco nos informais que gerasse mais incentivo para procura de crédito.

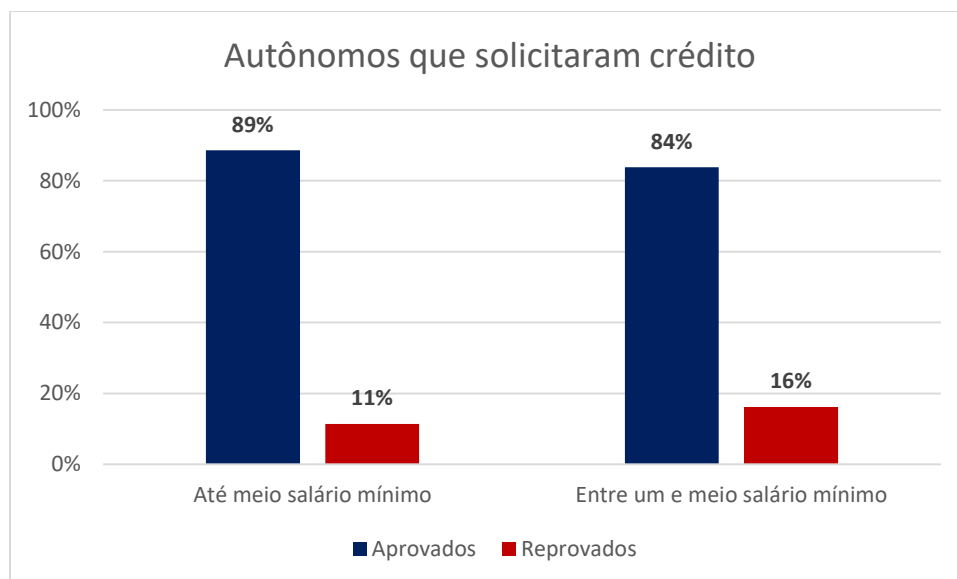


Figura 9. Autônomos que solicitaram crédito.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD-COVID.

4. Comentários Finais

Há evidências de que o chamado grupo dos invisíveis pode ser ainda maior do que os 38 milhões que receberam o AE mas não constavam no CadÚnico. Enquanto os que receberam o AE tiveram que fornecer dados que podem tê-los tornado visíveis, uma parcela significativa dos que não receberam o AE têm um nível de renda reduzido e correm o risco de permanecer fora do radar do CadÚnico. Sendo uma base de dados fundamental para execução de políticas públicas, o CadÚnico precisa ser aprimorado de forma a incluir e acompanhar de maneira dinâmica a realidade das famílias de menor renda. Para tanto, o uso de tecnologias de informação e comunicação disponíveis e a identidade digital são aliados fundamentais.

Além disso é consensual o fato de que o BF é insuficiente, o que torna essencial a necessidade de estabelecer fontes de financiamento orçamentárias permanentes para expansão de programas de transferência de renda, sobretudo com o fim do AE.

A inclusão produtiva precisa entrar na pauta, o que demanda a implementação de uma estratégia de retomada do crescimento e o reconhecimento das demandas que emergem das novas formas de trabalho, notadamente a presença de um contingente de “órfãos da disrupção tecnológica” que precisam ser incluídos. A pandemia salienta ainda a necessidade de expansão

do microcrédito, conceito associado a tecnologias de crédito capazes de atuar localmente e chegar aos informais.

REFERÊNCIAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD COVID19. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1.html?edicao=28055&t=microdados>>. Acesso em: 26 outubro de 2020.